


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002176-10.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Elias do Nascimento Silva**
 Requerido: **Vivo Telefonica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que mantinha contrato com a ré de prestação de serviços de telefonia, TV e internet.

Alegou que os serviços eram prestados na cidade de Itirapina/SP, local onde residia.

Ressalvou que em razão de sua mudança para esta cidade, requereu junto a ré a transferência dos serviços para seu novo endereço.

Alegou ainda que ré demorou mais de 30 dias para transferir os serviços o que o motivou cancelar o contrato.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Todavia, ressaltou que a ré se negou cancelar os serviços de sorte que não houve ajuste administrativo para a questão.

Requer, portanto, a rescisão definitiva do contratado e a declaração da inexigibilidade de qualquer débito a ele relacionado.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Como visto o autor ressaltou que os serviços não foram religados em sua nova residência bem como não teve êxito em cancelar o contrato.

A prova em sentido contrário tocava à ré, mas isso não teve vez porque sequer um indício foi amealhado a propósito.

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (mencionado expressamente no despacho de fl. 34), seja na forma do art. 373, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Não colidiu aos autos sequer um indício que apontasse que o autor fez uso dos seus serviços, bem como que estes foram devidamente instalados na residência do autor.

Destaco outrossim, que as telas colocadas pela ré não levam a convicção de que os serviços foram instalados no novo endereço do autor nem mesmo que ele deles utilizou.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz no acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade de qualquer débito dele derivado em face do autor.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 31 de maio de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA